



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

RESOLUÇÃO Nº 29/2007

“Dispõe sobre a Regulamentação do Processo Eletrônico e assinatura digital com certificados eletrônicos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e dá outras providências”.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 4º da Lei Complementar nº 269, de 22 de Janeiro de 2007, da Resolução nº 14, de 09 de outubro de 2007 e, ainda, o disposto no artigo 7º, da Lei nº 8.411, de 27 de Dezembro de 2005 e considerando:

a) a necessidade de promover maior agilidade, segurança, eficiência, economia e transparência nas ações do Tribunal, o que pode ser alcançado com a implantação e o desenvolvimento da virtualização dos trâmites processuais;

b) a utilização intensiva das tecnologias da informação e das comunicações, de forma compartilhada e participativa, em todos os serviços prestados pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

c) a necessidade de garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos produzidos em forma eletrônica, em conformidade com o que dispõe a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil;

d) que a Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006, dispõe sobre a informatização do processo eletrônico;

RESOLVE:

TÍTULO I – Das informações

Art. 1º. Fica autorizada a implantação e o uso de meio eletrônico na tramitação de processos, comunicação e transmissão de atos processuais previstos no MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA REMESSA DE DOCUMENTOS AO TCE/MT, aprovado pela Instrução Normativa nº 03/2005;

TÍTULO II – Do apoio técnico e tecnológico



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

TC
Fls. _____
Rub. _____

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

Art. 2º. A implantação do processo eletrônico pressupõe a prévia instalação dos equipamentos apropriados e o treinamento dos servidores e jurisdicionados, através da Escola de Contas deste Tribunal;

Art. 3º. A Coordenadoria de Tecnologia da Informação estabelecerá os critérios técnicos para a utilização do sistema, visando a padronização e a eficiência operacional dos procedimentos;

Art. 4º. A Coordenadoria de Tecnologia da Informação e a Consultoria Técnica prestarão a assistência necessária visando ao perfeito funcionamento do processo eletrônico;

TÍTULO III – Do envio de documentos

Art. 5º. O processo eletrônico funcionará exclusivamente através do programa de computador (software) Control-P – Controle de Processos, disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

§ 1º. Os documentos enviados pelo Sistema Control-P deverão, obrigatoriamente e sob pena de não-recebimento, ser gravadas no formato *PDF (Portable Document Format)* e estarem assinados digitalmente, com certificados digitais válidos, expedidos por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil;

§ 2º. O Tribunal de Contas, disponibilizará equipamento protocolador digital de documentos, que efetuará o carimbo da Hora Legal Brasileira, homologada pelo Observatório Nacional;

Art. 6º. Os autos do processo eletrônico serão integralmente digitais, sendo responsabilidade de cada usuário a inserção de documentos no sistema, cuja autenticidade será garantida através da utilização de **certificação digital**.

Parágrafo único. A expedição de certificados digitais será realizada pelas autoridades certificadoras vinculadas ao ICP-Brasil;

Art. 7º. Serão protocolizados eletronicamente, com autenticidade garantida através do sistema de certificação digital, todos os atos processuais previstos e em conformidade com o MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA REMESSA DE DOCUMENTOS AO TCE/MT, aprovado pela Instrução Normativa nº 03/2005;

Parágrafo único. Quando a parte comparecer diretamente ao protocolo do Tribunal de Contas, os documentos serão digitalizados e assinados digitalmente por servidor efetivo do TCE/MT, que garantirá fé pública ao documento digital e a sua autenticidade, integridade e validade jurídica dos documentos produzidos em forma eletrônica;

TÍTULO IV – Das comunicações



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

TC
Fls. _____
Rub. _____

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

Art. 8º. As citações e intimações dos usuários cadastrados serão feitas de forma eletrônica, nos termos no art. 5.º da Lei 11.419/06.

§ 1º. Os advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público cadastrados no sistema serão obrigatoriamente intimados por meio eletrônico.

§ 2º. A citação ou intimação eletrônica acontecerá com a leitura do respectivo documento na tela do usuário citado ou intimado.

TÍTULO V – Dos usuários

Art. 9º. São considerados usuários do sistema todos os servidores deste Tribunal, bem como os gestores e os responsáveis pelo envio de informações através dos sistemas informatizados APLIC e LRF-Cidadão;

§ 1º. As senhas de certificação digital e de acesso ao sistema são de uso pessoal e intransferível, sendo de responsabilidade do usuário sua guarda e sigilo.

§ 2º. O cadastro do usuário só será ativado com o seu comparecimento à sede do Tribunal de Contas, munido de documento de identificação com foto, cuja cópia ficará retida, e após a assinatura do termo de adesão ao sistema.

TÍTULO VI – Das disposições gerais

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela Corregedoria-Geral do Tribunal de Contas, Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Consultoria Técnica;

Art. 11. A digitalização e a preservação dos documentos deverão observar o previsto na Lei nº 11.419/2006.

Art. 12. Os processos do arquivo permanente do Tribunal de Contas, digitalizados e assinados digitalmente com certificados digitais expedidos por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil, poderão ser destruídos após estarem arquivados na Gerência de Arquivos por no mínimo 5 (cinco) anos;

Parágrafo Único: O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso guardará no mínimo 3 (três) cópias digitais dos processos destruídos em ambientes seguros e distantes no mínimo 10 (dez) quilômetros um do outro;

Art. 13. Fica autorizada, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em caráter excepcional, a contratação de “certificados digitais” de autoridades certificadoras aderentes a ICP-Brasil, por um



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

TC
Fls. _____
Rub. _____

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

período não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 14. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões do Tribunal de Contas, em Cuiabá, 4 de dezembro de 2007.

Publique- se

Sala das Sessões, 4 de dezembro de 2007.

Conselheiro JOSÉ CARLOS NOVELLI - Presidente

Conselheiro ARY LEITE DE CAMPOS - Corregedor-Geral

Conselheiro UBIRATAN SPINELLI

Conselheiro ANTONIO JOAQUIM

Conselheiro VALTER ALBANO - Vice-Presidente

Conselheiro JÚLIO CAMPOS

Conselheiro ALENCAR SOARES

Procurador de Justiça dr. JOSÉ EDUARDO FARIA